REVISTA COMEMORATIVA

20 anos

DA INSTALAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL EM MARINGÁ

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária Do Paraná

Mensagem do Diretor da Subseção

A Justiça Federal comemora 20 anos da instalação na cidade de Maringá. Pouco tempo se comparado a sua criação há 123 anos, com o Decreto nº 848, de 11.10.1890.

Com duas décadas de Justiça Federal em Maringá, importante que se resgate um pouco dos fatos e pessoas que por aqui passaram e dos números que se somam até agora. Numa breve avaliação, surpreende-se com o quanto de trabalho foi realizado à população de Maringá e região e com quanto de história já se fez. História esta que é de trabalho e de dedicação de seu pessoal em prol do serviço verdadeiramente público.

Foram distribuídas mais de 185.000 ações desde 1993. A partir desse número, é possível imaginar quantas petições, quantos despachos, quantas audiências, quantas testemunhas, quantas horas de atendimento e assim por diante.

Neste momento, é importante lembrar que os processos que aqui tramitaram não foram simples processos, foram parcelas das vidas das pessoas que aqui foram decididas. Não foram vitórias ou derrotas, ações procedentes ou improcedentes. Em cada qual, um breve ou um definitivo capítulo na vida de toda essa gente passou pelas mãos dos servidores e juízes federais de Maringá.

Os milhares que aqui se socorreram, encontraram as portas abertas e disposição para recebê-los. Não lhes foi negado o atendimento um só dia, e de dia em dia, somaram-se mais de 7.300.

Resgatar a história é dar a merecida importância a tudo que foi edificado, não só materialmente, mas também ao nome, ao respeito, ao reconhecimento público. Este é o momento de ressaltar o valor dos homens e das mulheres que dignificaram a Justiça Federal e formaram este serviço público de excelência.

Cabe lembrar também os desafios de inovação tecnológica, ambiental e organizacional assumidos pela Justiça Federal. É possível dizer que aqui nunca se pode considerar algo como definitivo, porquanto tudo está em desenvolvimento, e sempre para melhor. A inovação integra a forma de trabalho da Justiça Federal. Desde os tempos do controle SIAPRO até o hoje ePROC V2, nenhum projeto foi definitivo, sempre esteve presente a ideia de aprimoramento, de mudanças, de criação e adaptação, tal como exigem as mudanças sociais.

O futuro é de mudanças, e para elas a Justiça Federal está preparada. Ela confia no seu pessoal e na sua capacidade de superar obstáculos. É conhecendo e relembrando a história, que se torna mais fácil realizar o presente e projetar o futuro.

Esta revista é um pequeno relato de homenagem e agradecimento a todos os que se esforçaram no trabalho e a todos que confiaram no Poder Judiciário Federal. Que este trabalho editorial e gráfico possa representar uma pequena parte dos 20 anos e que sirva de inspiração para muitos outros 20.

Juiz Federal Marcos César Romeira Moraes

Justiça Federal em Maringá – os primeiros dias, 1993

Desde a sua instalação em 12/06/1993 até 09/09/1993, a Vara Única da Justiça Federal de Maringá funcionou com alguns servidores cedidos pela prefeitura. O diretor de secretaria e o Juiz vinham de Curitiba alguns dias durante o mês.

Em setembro de 1993, tomaram posse os servidores aprovados no concurso público, sendo dez num primeiro momento, assim como o Juiz, que na época era apenas um por Vara, e o Diretor de Secretaria.

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal eram em Londrina, sendo os processos enviados semanalmente por malote.

Além da Justiça Federal, que funcionava onde hoje é a 2ª Vara neste prédio, também funcionavam uma Escola Municipal de Balé, uma Escola Municipal de Xadrez, a Zona Verde, o Conselho Tutelar e um Posto de atendimento da Caixa Econômica Federal.

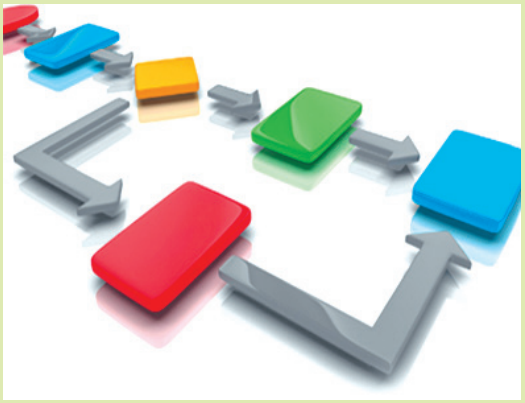
A Vara era composta por um setor Cível, um setor de Execuções Fiscais, um setor Criminal e um setor de Distribuição. Suas instalações físicas eram precárias e não havia armários, portanto os processos que vieram redistribuídos da justiça estadual ficavam empilhados no chão.

Não havia máquina para fazer fotocópias, que feitas fora da Justiça. Computadores?! Não havia. Tinha um terminal, com aquele monitor antigo e tela preta, que era utilizado para tudo e por todos, ou seja, cadastramento de processos, atualização de fases, distribuição e editor de textos. Dividia-se o tempo para utilizá-lo. Durante o expediente era destinado ao atendimento, cadastramento de processos novos e distribuição e quem quisesse minutar despachos ou fazer digitação utilizando o terminal deveria vir fora do horário de expediente, e mesmo assim tinha uma escala para utilização.

Havia também as máquinas de escrever, uma elétrica, que era usada nas audiências e as outras, não elétricas, eram usadas para confeccionar mandados, ofícios, cartas, minutas e os outros expedientes da Vara.

Glaci Regina Pupin Ferreira Klöckner
Analista Judiciário

Justiça Federal de Maringá em Números



Desde a instalação da Vara Federal de Maringá, o número de processos em andamento foi crescendo vertiginosamente até ultrapassar 16.000 processos, quando foi instalada a 2ª Vara Federal, em 1998. Em 1999, cada uma das duas varas contava com um acervo de aproximadamente 9.000 processos. O crescimento da distribuição dos processos é interessante. Em 1994, a vara única contava com 3.451, em 1995 com 5.401, 1996 com 7.542, 1997 com 11.253 e 1998 com 15.649.

A Vara Federal de Maringá reunia processos de competência cível, criminal e execuções fiscais. Grande parte dos processos distribuídos nos anos de 1997 e 1998 tratava-se de questões que envolviam o Sistema Financeiro de Habitação, correção monetária da Caderneta de Poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Eram ações que tinham às vezes dezenas de autores cada. Geravam um volume imenso de trabalho.

Sonia Mara Elias Gomes
Analista Judiciário

Carta aos Juízes

Aos Excelentíssimos Juizes da comarca de Maringá,

Justiça Federal

Nós indígenas das etnias Guarani e Kaingang das Terras Indígenas de Laranjinha, município de Santa Amélia-PR; Posto Velho, município de Abatiá-PR e de Apucaraninha, município de Tamarana-PR, todos residentes, atualmente, na cidade de Maringá e demais membros da sociedade civil viemos por meio desta carta manifestar nosso apoio ao povo Guarani Kaiowá do estado do Mato Grosso do Sul que vem passando por um momento delicado devido a emissão de uma ordem de despejo decretada pela Justiça Federal nestes últimos dias. É também nossa intenção dar visibilidade às comunidades indígenas do estado do Paraná que passam por situações semelhantes as dos irmãos do Mato Grosso do Sul.

Desde a década de 1950 a região sul do estado do Mato Grosso do Sul vem passando por intenso processo de modernização e em razão disso, os habitantes históricos daquela região, os Guarani Kaiowá, foram e ainda são obrigados a abandonar seus territórios tradicionais/tekoha guasu deixando pra trás a sua história. Se pararmos pra pensar, isso vem acontecendo desde a colonização do Brasil, isto é, desde os primeiros contatos entre índios e brancos.

Em razão do conflito atual nossos irmãos Guarani Kaiowá redigiram uma carta destinada à Justiça Federal que diz o seguinte:

"Assim, é para decretar a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e para enterrar-nos todos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem morto".

Diante disso, vossas excelências podem nos perguntar, por que tem que ser aquela terra (Pyelito Kue) e não outra?

Porque a história daquele povo está nesse território, seus avós, bisavós, ancestrais estão enterrados lá! Talvez para vossas excelências e demais membros da sociedade civil seja difícil compreender, mas Guarani Kaiowá e território tradicional são uma só família. A bandeira do índio é a terra!

Como dissemos acima, o problema pelo qual os Guarani Kaiowá estão passando não se restringe a ele, no nosso querido estado nós indígenas estamos sendo esquecidos. Ao contrário do que os livros de história ensinam nas escolas das cidades, no Paraná tem índio sim e não são poucos. Antes dos colonizadores chegarem aqui, nossos ancestrais já habitavam o território que hoje corresponde ao estado paranaense e um dos grupos étnicos que aqui viviam quase foi extinto, nossos irmãos Xetá. Atualmente existem 37 terras indígenas no nosso estado, algumas demarcadas e outras em processo de demarcação. Muitos dos estudantes indígenas que estão na Universidade Estadual de Maringá vêm destes locais e sabem das dificuldades (saúde, educação, moradia, enfim, direitos básicos de todo cidadão). Atualmente, no município de Abatiá-PR, cerca de 138 Guarani, vivem situação semelhante a dos Kaiowá sofrendo ameaças por parte dos fazendeiros e vivendo em condições precárias. Em Umuarama-PR os remanescentes da etnia Xetá estão aguardando a demarcação de sua terra desde 2000, Kaingang e Guarani aguardam, há mais de seis décadas, a regularização de suas terras. Isso pra não falar das construções de barragens, que afetaram as Terras Indígenas de Mococa, Barão e Apucaraninha e implicou na destruição de, aproximadamente, 400 hectares de Mata Atlântica nativa.

Muito sangue indígena já foi derramado no nosso país, o Estado não pode fechar os olhos aos graves problemas pelos quais nós estamos passando. Somos parte da história do Brasil e devemos ser respeitados!

Como disse um antropólogo:

"No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é"(Eduardo Viveiros de Castro).

Aproveitamos a ocasião para convidá-los a participarem do ato público que acontecerá hoje (09/11) às 17:00 na Praça Raposo Tavares.

Atenciosamente,
Indígenas Guarani e Kaingang do Estado do Paraná.
Associação Indigenista de Maringá - ASSINDI

Voluntariado

O Voluntariado de Maringá começou no ano de 2005, financiado com recursos arrecadados dos próprios servidores e juízes.

As atividades eram desenvolvidas, no princípio, no Salão Paroquial da Igreja Católica de Sarandi, muito embora não tivessem cunho religioso.

O público alvo eram as crianças carentes de Sarandi, com idade entre 3 e 15 anos. Para selecionar esse público, foram utilizados os cadastros de famílias carentes cedidos pelas integrantes do grupo "Promoção Humana", existente naquela cidade. Verificou-se, na época, que o grupo "Promoção Humana" realizava um projeto unicamente assistencial (sopão e cestas básicas), por isso o interesse no trabalho em parceria, com o aproveitamento da estrutura já existente.

Foram promovidos diversos encontros em vários sábados, que reuniam cerca de 70 a 100 pessoas, entre crianças e mães, oportunidade em que foram levados brinquedos pedagógicos, desenhos, lápis de cor, gibis e livros infantis, a fim de estimular a leitura e desenvolver o raciocínio das crianças. Ao final de cada evento, eram distribuídos sanduíches, leite com chocolate e bolachas, ou outro lanche equivalente.

Salão Paroquial de Sarandi

À época foram realizadas também campanhas do agasalho, distribuição de cestas básicas aos mais necessitados e festas de final de ano.

A partir de 2009 o Voluntariado de Maringá intensificou esforços na parceria a outros projetos e instituições, buscando levar um pouco de alento à crianças do LARCRA (Lar da Criança Recanto do Amor - abrigo de Sarandi), com realização de festa de dia das crianças, brincadeiras, distribuição de presentes, barraca de leitura e doações ao abrigo.

LARCRA (Lar da Criança Recanto do Amor - abrigo de Sarandi)

Em sequência, desde o natal de 2009 e durante todo o ano de 2010, o Voluntariado assistiu à Escola Rural do Distrito de Vale Azul, em Sarandi, com festividades e entrega de presentes às crianças carentes, mas também com a realização de bazar de roupas e utensílios usados na comunidade, comercializados a preços simbólicos, e cujos recursos reverteram ao projeto cultural da escola (oficina de artesana-

Escola Rural do Vale Azul - Distribuição de materiais escolares

Comunidade do Vale Azul - Distribuição de cestas

to). Houve, ainda, distribuição de materiais escolares, calçados às crianças, além de auxílio à comunidade com cestas básicas.

As mesmas atividades realizadas no Distrito Vale Azul foram repetidas na Vila Guadiana, em Mandaguaçu, no ano de 2010, com a realização de bazar de usados e destinação dos valores à escola de região carente, além da realização de festa de final de ano às crianças da escola, com entrega de presentes e distribuição de cestas de natal às famílias necessitadas previamente selecionadas.

Escola da Vila Guadiana

Comunidade da Vila Guadiana

Em 2011 os esforços foram direcionados ao apoio ao Projeto Brincadeiras, coordenado pela UEM e desenvolvido com crianças carentes da região de Sarandi. Trata-se de projeto com sólida estrutura de pessoal da área pedagógica, porém com poucos recursos financeiros. Assim, o voluntariado proporcionou recursos que possibilitaram levar as crianças a uma sessão de cinema, a que muitas jamais tinham ido, além de apoio a diversas outras atividades do projeto. Neste ano de 2013 o Voluntariado colaborou com o pagamento de professor de música, por um ano, para atuar no "Projeto Tambores", desenvolvido dentro do Projeto Brincadeiras. As aulas já tiveram início.

Projeto Cinema e Projeto Tambores

Ainda no incentivo à cultura, desde 2012 o Voluntariado começou a apoiar o Projeto Ginga Menino, coordenado pelo capoeirista "mestre Binha", que atende centenas de crianças carentes de bairros pobres da cidade de Maringá, tirando-as das ruas e ensinando a disciplina pela prática da capoeira.

Escola Ginga Menino

Mesmo com o direcionamento dos esforços a tais projetos, concomitantemente o Voluntariado procurou não descuidar do apoio social a famílias carentes dessas comunidades e de outras, atendidas há anos pelo Voluntariado, com doação de alimentos, roupas e calçados para adultos e crianças, leite especial para recém-nascido, fraldas, berço, remédios, e todo o tipo de apoio possível.

As ações do Voluntariado de Maringá são custeadas com doações pecuniárias mensais de cerca de 30 servidores e juízes, além das doações realizadas nas campanhas para arrecadação de alimentos, brinquedos, roupas etc. O apoio pessoal na gestão dos fundos é restrita a poucos servidores.

A intenção do Voluntariado para os próximos anos é aumentar a participação pessoal dos juízes e servidores nas campanhas e projetos, de forma a diversificar a atuação e disseminar o ideal de apoio e ajuda ao próximo mais necessitado.

CEMAN de Maringá

A instalação da Central de Mandados e Ofícios – CEMAN na Subseção Judiciária de Maringá, ocorreu em abril de 2005 e propiciou a padronização e a otimização dos serviços dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, bem como a centralização da coordenação e supervisão dos trabalhos. Antes, os Oficiais trabalhavam diretamente nas Varas Federais, com procedimentos próprios e subordinados à Direção da Secretaria.

Com a Central de Mandados foi possível a implantação de controles estatísticos, que inicialmente eram manuais e demandavam grande quantidade de tempo e com possibilidade de erros. A partir de agosto de 2006, a CEMAN de Maringá desenvolveu um sistema eletrônico em ambiente Windows (Microsoft Excel), que automatizou praticamente toda a contabilização do Setor.

Com o passar do tempo, visando a melhoria quantitativa e qualitativa da execução das ordens judiciais, foram acrescentadas, mediante a edição de Ordens de serviços, Portarias e Regulamento, novas rotinas de trabalho, unificando as regras que regem a CEMAN de Maringá, fruto das ideias apresentadas pelos servidores, diretores de secretaria, oficiais de justiça e magistrados da Subseção.

A CEMAN de Maringá conta com uma extensa opção de estatísticas e controles relativos ao trabalho desenvolvido pelos oficiais de justiça, por exemplo: a) mapa de produtividade (obrigatório); b) prazo médio de cumprimento; c) mandados distribuídos por municípios, tipos e equipes; d) estatísticas geral de distribuição e devolução por tipo de mandado; d) estatísticas de mandados atrasados e pedidos de prazo.

Referidos controles dão uma visão geral de todo o trabalho desenvolvido pelos oficiais, bem como servem de base para a tomada de decisões e propiciam, de forma objetiva e prévia, a distribuição equitativa do trabalho.

Atualmente, compõem o quadro da CEMAN dois servidores na secretaria e dezesseis oficiais de justiça.

Alguns números da CEMAN Maringá

Em 2005, ano de instalação da CEMAN, no período entre abril e dezembro, foram distribuídos 5.523 mandados. No ano de 2006, foram distribuídos 7.401 mandados. Nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, foram distribuídos 5.024, 8.757, 8.011, 7.153, 7.480 e 8.484 mandados, respectivamente. Neste ano, foram distribuídos, até o mês de agosto, 6.026 mandados. Totalizando, o número de mandados distribuídos desde a instalação da CEMAN chegou a 63.856 mandados.

Importante destacar que todas as conquistas, inovações e resultados alcançados foram consequência do trabalho em equipe realizado na CEMAN de Maringá, da efetiva dedicação dos oficiais de justiça e servidores, bem como daqueles que passaram pelo setor deixando sua valorosa contribuição.

Destaque também para o diálogo construtivo do Setor com as Varas Federais e com a Direção do Foro (Seção e Subseção), sempre almejando a melhor prestação jurisdicional.

Ainda há muito a fazer, porém o empenho e o trabalho realizados até o momento transformaram o Setor em um campo fértil para a implementação de mais melhorias a bem da qualidade do trabalho e satisfação dos servidores e juízes.

Unidades de Atendimento Avançadas - UAA

Visando ampliar, facilitar o acesso e aproximar ainda mais a Justiça Federal ao cidadão, o TRF da 4ª Região está implementando um novo modelo de atendimento, por meio das unidades de atendimento avançadas em cidades polo da área da Subseção Judiciária. Esse modelo é uma ampliação do projeto dos juizados avançados de 2003, também do TRF4.

Com uma estrutura de atendimento na localidade, as pessoas interessadas e os advogados poderão ser melhor atendidos nos serviços da Justiça Federal, como protocolos de petições, controle da tramitação, certidões, informações, audiências e outros atos processuais.

Para Maringá, está prevista a instalação de UAAs nas cidades de Cianorte, Colorado e Astorga.

Para que isso ocorra, é necessária a atuação conjunta entre a Justiça Federal e os órgãos públicos das cidades a serem atendidas, especialmente da Prefeitura Municipal.

Em breve, a Justiça Federal de Maringá oferecerá seus serviços aos cidadãos dessas localidades e respectivas regiões de maneira mais cômoda, econômica e direta, contribuindo para melhor distribuição da Justiça.

Marcos César

Sustentabilidade

Tratados internacionais, a Constituição brasileira e a legislação em todos os níveis em relação ao meio ambiente exigem de todos uma nova postura cidadã de consumo. Exigem também uma nova organização das atividades econômicas, dos atos de administração pública e, de modo geral, de como lidar com os recursos do nosso planeta. Exige-se maior responsabilidade para com os recursos naturais, que são finitos e cada vez mais escassos.

Dos agentes econômicos e do Poder Público, é imperativo tomada de medidas concretas de minimização dos impactos ambientais que suas atividades provocam. Além da plena responsabilidade pela preservação do meio ambiente, cabe também dar o exemplo de conduta dirigida a esses fins. Ações socioambientais devem ser incorporadas nos planejamentos estratégicos em todos os níveis, o que já acontece no âmbito do TRF4.

Dentro dessa orientação, a Subseção de Maringá, que há tempo desenvolve projetos nesse sentido, tem como meta a médio e longo prazos a conscientização plena de seu pessoal sobre a questão ambiental, a realização de estudo do impacto ambiental de sua atividade, de implantação de projeto de minimização de seus efeitos, de implementação de atos para recomposição e compensação ambiental e de formalização de parcerias para realização de ações específicas e gerais que promovam esses valores.

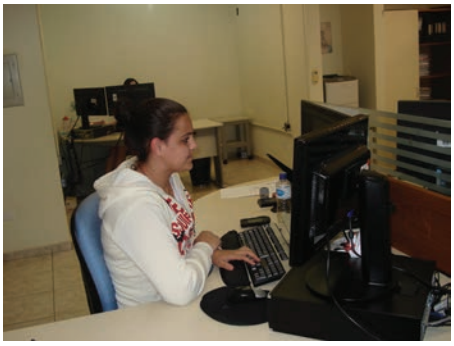
Como compromisso público, a Subseção de Maringá envidará esforços para com que as futuras instalações contemplem toda a tecnologia disponível com vistas ao menor impacto ambiental. Como exemplo, o uso racional da energia elétrica, como iluminação artificial e equipamentos eficientes e de baixo consumo; o aproveitamento da luz natural; sistema de monitoramento de consumo; uso racional da água tratada e aproveitamento ao menos da água pluvial; materiais que permitam limpeza com menor consumo de produtos e água; conjunto arquitetônico e materiais que permitam melhor manutenção da temperatura ambiente; jardinagem que favoreça melhores condições ambientais; instalação de vestiários e bicicletários de forma a incentivar o servidor a utilizar meios de locomoção que não o automotivo.

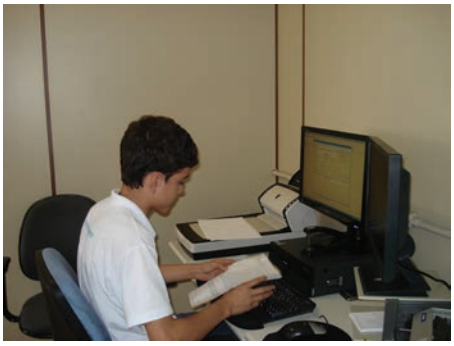
A Justiça Federal de Maringá acredita que para toda atividade humana deve estar correlacionada uma ação socioambiental, tornando-as indissociáveis. Acredita também que o desenvolvimento e a manutenção de uma meio ambiente ecologicamente sustentável é absolutamente possível e é dever de todos a sua busca permanente.

O respeito a essas diretrizes é respeito ao ser humano e a todas as formas de vida.

Marcos César

PROJETO ADOLESCENTE APRENDIZ





No ano de 2006, foi dado início ao Projeto Adolescente Aprendiz na Justiça Federal de Maringá por meio de convênio com a Fundação Isis Bruder, da Casa Maternal Evangélica de Maringá.

A Fundação Isis Bruder é uma entidade social sem fins lucrativos oficializada em 2001, mas presta serviços sociais desde 1969. O Projeto Adolescente Aprendiz faz parte dos Programas Sociais que a Fundação realiza. Nesse Projeto, oferece-se aos adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos uma parte da aprendizagem profissional, complementada com aulas de português, matemática, administração, informática, técnicas bancárias, relacionamento interpessoal, posturas profissionais e prática em empresas e órgãos públicos.

Atualmente a Subseção Judiciária de Maringá recebe oito adolescentes que realizam o aprendizado prático, de segunda a quinta, lotados nas Varas, na Central de Mandado e no Núcleo de Apoio. Nas sextas-feiras e sábados, eles recebem as aulas teóricas, ministradas por voluntários e profissionais contratados da Fundação.

O projeto constitui-se num complemento de formação educacional e profissional, visando ampliar os horizontes e possibilidades que o mercado de trabalho teria a oferecer. Por meio de boas práticas e de atenção por parte dos servidores e juízes, os adolescentes podem ser inspirados a perseguir a carreira pública e dentro do próprio judiciário.

A bolsa que os adolescentes recebem também auxilia na manutenção da família.

A Justiça Federal de Maringá, por meio de convênio com a Vara Federal Criminal, destinou recursos oriundos de penalidades pecuniárias pagas por condenados para a Fundação para custeio de uniformes para todos os adolescentes que estão no projeto e lanche para os adolescentes que estão vinculados à Justiça Federal de Maringá.

Os resultados do projeto são evidentemente positivos e a Justiça Federal de Maringá tem orgulho dos ex-aprendizes que hoje atuam no mercado de trabalho e já estão na graduação superior, fruto apenas da oportunidade que o projeto proporcionou.

ENTREVISTAS

DESEMBARGADOR FEDERAL

FERNANDO QUADROS DA SILVA

Vossa Excelência foi o primeiro Juiz Federal a assumir a Vara Única da Justiça Federal em Maringá. Quais foram os principais desafios encontrados ao assumir uma Vara que estava em sua fase inicial de instalação?

FERNANDO QUADROS DA SILVA - Fui empossado como Juiz Federal Substituto no dia 06 de setembro de 1993. Na mesma época tomaram posse os servidores que haviam sido aprovados num rigoroso concurso. A Vara Federal de Maringá havia sido instalada no mês de julho daquele ano e, no início, o Município cedeu alguns servidores para auxiliar nos trabalhos judiciários. As instalações físicas eram modestas. O prédio foi cedido pelo Município de Maringá e não houve tempo para a necessária reforma e adaptação às necessidades da Justiça Federal. Contudo, o entusiasmo dos servidores recém empossados compensava qualquer dificuldade material.

O conhecimento e o preparo dos jovens servidores supriam eventual falta de prática. Desde o início o número de processo cresceu num volume constante. Milhares de processos se avolumaram. As relações com os outros ramos do Judiciário sempre foram excelentes. Os colegas da Justiça do Trabalho e da Justiça Estadual nos acolheram fraternalmente. O mesmo diga-se dos advogados e demais autoridades.

Como era a Justiça Federal em Maringá, quando Vossa Excelência aqui veio e como estava quando a deixou? Como foi presenciar a evolução entre a máquina de escrever e a era digital?

FERNANDO QUADROS DA SILVA : Na instalação da Vara em 1993, havia apenas uma máquina de datilografia elétrica. Depois recebemos um aparelho de fax. Ainda me recordo do dia em que recebemos um aparelho de telex, muito utilizado para requisitar antecedentes que instruiriam os processos criminais.

A informatização aconteceu um ritmo muito rápido e veio de maneira inevitável. A transição ainda está acontecendo. Penso que o nosso grande esforço será manter o foco no ser humano e nas vidas que podem ser afetadas pelo processo judicial.

Enquanto esteve em Maringá como Juiz Federal, Vossa Excelência teve a oportunidade de recepcionar os Presidentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Desembargador Federal Gilson Langaro Dipp, Desembargador Federal Pedro Máximo Paim Falcão, Desembargadora Federal Ellen Gracie Northfeet, Desembargador Federal Fábio Bittencourt da Rosa, alguns por mais de uma vez. Esse fato espelha que durante sua estada a Justiça Federal de Maringá foi palco de importantes realizações.

FERNANDO QUADROS DA SILVA - Desde logo puder perceber a importância de Maringá e região no cenário estadual e nacional. As altas autoridades encarregadas da administração da Justiça sempre deram muita atenção à subseção de Maringá. A criação da Associação dos Servidores da Justiça Federal de Maringá muito contribuiu para que pudéssemos bem acolher nossos visitantes. A cortesia e a hospitalidade dos nossos servidores eram marcantes, de modo que os visitantes sempre manifestavam o desejo de voltar.

Qual experiência pitoresca ocorrida enquanto Juiz Federal em Maringá que poderia nos contar?

R- Um episódio pitoresco: Uma senhora propôs ação previdenciária buscando reconhecimento de união estável com cidadão falecido e a respectiva pensão. Processo difícil, sobretudo tendo em vista a necessidade de prova testemunhal. Os fatos haviam acontecido há muitos anos. Várias testemunhas foram ouvidas. Encerrada a instrução, optou-se pela apresentação das razões finais em forma de memorial. Passado alguns dias, a autora da ação passou na Secretaria da Vara e perguntou sobre a solução do seu caso, ao que a servidora respondeu: Está na mesa do juiz. Diante da resposta a senhora retrucou: E qual o tamanho dessa mesa? Será que não tem perigo do juiz perder o meu processo no meio daquela papelada?

ENTREVISTAS

DESEMBARGADOR FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

TADAAQUI HIROSE

O que Vossa Excelência pode nos dizer acerca de sua participação na interiorização da Justiça Federal de 1º grau, com a instalação da Justiça Federal em Maringá em 1993, na forma proposta como solução viável dada para acesso ao Judiciário Federal pelo Ministro Lauro Franco Leitão – Presidente do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal (1985/1987)?

TADAAQUI HIROSE: Eu participei da instalação da vara federal em Maringá como Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná. A primeira fase da interiorização ocorreu em Foz do Iguaçu e a segunda em Londrina, em meados de 1987. A segunda etapa só veio a acontecer em 1993, quando foram instaladas várias varas, entre elas a de Maringá. Nesse ano, Maringá foi a segunda a ser instalada, depois de Guarapuava. O presidente do TRF4 na época era o desembargador Cal Garcia, que inclusive, tinha sido reitor da universidade de Maringá. Como Diretor do Foro, coube a mim fornecer meios necessários para que a vara fosse instalada e pudesse funcionar. Lembro que o primeiro juiz federal designado para atender a vara foi o Dr. Néfi Cordeiro.

Quais foram os principais desafios na época?

TADAAQUI HIROSE: o desafio maior era que havia pouca interiorização e a Justiça Federal estava sendo apresentada à população. Como era uma região agrícola, os processos que predominavam eram os previdenciários, envolvendo os trabalhadores rurais. Outro desfio era encontrar um local adequado, o que foi resolvido com a ajuda da prefeitura local. Também tivemos que lidar com a realidade de servidores recém concursados, que estavam aprendendo a prática e precisavam de atenção e treinamento. Mas os principais, ao meu ver, era tornar a Justiça Federal conhecida e atender bem os usuários.

Em julho de 2001 a Lei 10.259 veio para trazer um novo modelo de Justiça, com o qual Maringá foi contemplada sob sua Coordenação com a criação da Vara do Juizado Especial Federal Cível. Quais foram os principais fatores que levaram Maringá a ser uma das primeiras cidades a ter instalada uma Vara do Juizado Federal?

TADAAQUI HIROSE: Em 2001, as primeiras varas de Juizado Especial Federal- JEF, também tinham competência previdenciária e como acontece em todo o interior, o previdenciário era o que avultava, seja para trabalhadores rurais ou urbanos. Como eram raras as varas no interior, o objetivo era aproximar mais a população da Justiça Federal, encurtando distâncias.

Estamos atualmente era digital na Justiça Federal, assistindo o fim do papel e a implantação do processo eletrônico. Grandes progressos ocorreram desde a instalação da Justiça Federal em Maringá no prédio cedido pela Prefeitura de Maringá, em junho de 1993, onde Vossa Excelência esteve presente na Sessão Solene de Instalação da Vara Única da Justiça Federal nesta cidade. Temos quatro Varas e o setor administrativo funcionando no endereço original e duas Varas instaladas em outra parte da cidade. Com Vossa Excelência na Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, podemos ter a expectativa de nossa instalação em sede própria concretizada em breve?

TADAAQUI HIROSE: Temos uma área reservada, mas a instalação ainda não está no orçamento de 2014. Porém, já faz parte do orçamento plurianual. Só poderá ser incluída para 2014 por meio de uma emenda parlamentar. Isto anteciparia a construção de um prédio próprio para unificar as varas dispersas e facilitar o acesso do cidadão. O TRF4 está ciente de que urge, é muito necessária, a construção do prédio próprio na cidade, que comporte, inclusive, o aumento de varas para o futuro.

Chagas, a história continua

Manoel Chagas ingressou na Justiça Federal de Maringá em 1993 no cargo de Oficial de Justiça. Então lotado na Vara Única (atual 1ª Vara), nela permaneceu até a instalação da CEMAN (Central de Mandados) em 2005. Foi servidor de extrema confiança dos juízes e diretores com quem manteve relação profissional na vara.

Querido pelos servidores, juízes e alguns desembargadores que em Maringá estiveram, Chagas, como é conhecido, mantém-se colega fiel, dedicado e zeloso. Sua atuação é expedita e decidida, do que resultou no seu alto conceito perante os colegas e amigos. Ao longo desses mais de 20 anos, é considerado servidor exemplar, um dos oficiais de melhor produção.

Desde a instalação da Ceman, em 2005, quando foi implantado sistema de estatísticas, Chagas contabiliza mais de 5.000 mandados cumpridos e um número impressionante de diligências. Imagine-se a quantidade de quilômetros percorridos nos 20 anos de atividade de Oficial de Justiça!

Chagas sempre esteve à frente dos eventos e atividades que a Justiça Federal de Maringá promoveu, e foram muitos. Exerceu a liderança em muitas situações, como na criação, instalação e manutenção da Associação dos Servidores da Justiça Federal de Maringá. Teve papel decisivo na aquisição da sede da Associação.

No aspecto social, sempre foi colega que promoveu o congraçamento e a união. Com as tarefas associativas e os eventos oficiais, demonstrou competência e presteza e conquistou a simpatia de todos, ajudando a engrandecer o nome a instituição.

Em momentos críticos, postou-se com firmeza e equilíbrio na solução dos problemas, em especial na instalação da Ceman. Nas mais difíceis diligências, Chagas sempre exerceu sua habilidade na melhor solução.

O tempo passou e, já passados 20 anos, infelizmente, Chagas anunciou que vai aposentar-se em breve. Se ocorrer, muito perderá a Justiça Federal de Maringá. Sua atuação com segurança, eficiência e tranquilidade farão muita falta. Seus enormes préstimos em prol do grupo de servidores e juízes será sentido.

Neste momento em que a Justiça Federal de Maringá completa 20 anos de sua instalação, homenagens devem ser externadas e reconhecido o grande ao colega e amigo que é Manoel Chagas.

Conciliações e o CEJUSCON

Desde sua instalação em Maringá, em 1993, a Justiça Federal tem atuado na promoção da cultura conciliatória, estimulando-a em todas as matérias, com destaque para os contratos habitacionais, a execução fiscal, os benefícios assistenciais e previdenciários, as questões bancárias e o direito administrativo, com participação efetiva de todas as Varas Federais.

A conciliação no âmbito da Subseção de Maringá teve início com iniciativas pioneiras e até ousadas por parte dos Juízes Federais José Jácomo Gimenes e Erivaldo Ribeiro dos Santos, que perceberam que alguns processos ligados ao SFH não solucionavam a questão fática, e até social, mesmo com sentenças de procedência. Com criatividade, esses Magistrados conseguiram de início estabelecer um mínimo de consenso entre as partes e até resolveram inúmeros casos por meio de concessões mútuas. A partir daí, os demais magistrados da Subseção passaram a adotar procedimento semelhante.

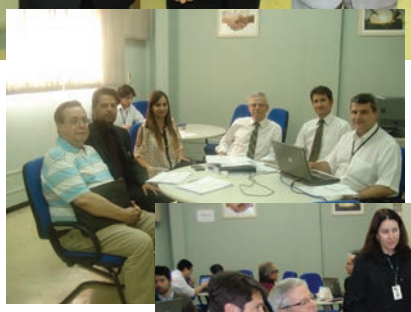
Por meio de muitos contatos com a administração da Caixa Econômica Federal, deu-se início a projetos de conciliação em nível regional, tendo o TRF da 4ª Região criado um projeto oficial.

O CEJUSCON foi instalado em 2011, adequando o modelo de gerenciamento à contemporânea política pública de resolução alternativa de conflitos, atendendo as diretrizes do CNJ e do TRF da 4ª Região.

Além de atuar nos processos ajuizados, o CEJUSCON destaca-se também nas conciliações chamadas pré-processuais (litígios que sequer foram ajuizados), na coordenação do atendimento ao público hipossuficiente (com recebimento dos pedidos diretamente pelas Varas Federais ou através do encaminhamento às faculdades conveniadas) e na promoção de ações de cidadania.

Desde a instalação do CEJUSCON, a Justiça Federal de Maringá já realizou 3.000 audiências conciliatórias, das quais participaram 7.000 pessoas.

Maringá tem tradição, atua no presente e está antenada no futuro da solução alternativa de conflitos.



O COMEÇO

Por meio da Lei nº 8.424, de 19/05/1992, do Presidente da República, Fernando Collor, a Justiça Federal de 1º Grau da 4ª Região foi reestruturada, criando-se 11 Varas na Seção Judiciária do Paraná.

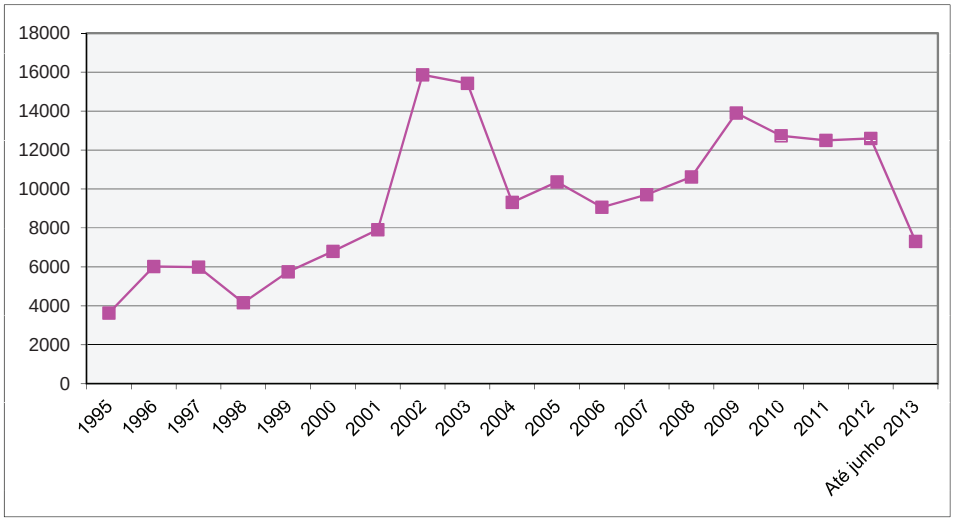
A Resolução nº 01, de 01/02/1993, do Presidente do TRF 4ª Região, Cal Garcia, aprovou a instalação da Vara única em Maringá. Com a Resolução nº 07, de 09/06/1993, do Presidente do TRF 4ª Região, declara-se implantada, a partir do dia 14/06/1993, a Vara única de Maringá, tendo como jurisdição 76 Municípios da região (hoje são 45).

A Vara Federal é instalada, conforme Ata de Instalação de 12/06/1993. Na ocasião, os presentes: Presidente TRF4, Des. Fed. José Carlos Cal Garcia; Diretor Foro da Seção, então Juiz Federal Tadaaqui Hirose (atual Presidente do TRF4); o Juiz Federal Substituto interino, Juiz Federal Néfi Cordeiro (atualmente Desembargador do TRF4).

Juízes que passaram por Maringá

Adelcio Ferreira - VCR
Adriano José Pinheiro - 1º JEP
Alexei Alves Ribeiro - 3ª VF / 2º JEP
Anderson Furlan Freire da Silva - VCR / 1ª VF / VEF
Artur César de Souza - Vara Única
Cleber Sanfelici Otero - VCR / 1º JEP
Cristiano Aurélio Manfrim - 1º JEP / VCR
Edvaldo Mendes da Silva - VCR
Emanuel Alberto Sperandio Garcia Gimenes - 1ª VF
Erivaldo Ribeiro dos Santos - 3ª VF / 2º JEP
Fernando Quadros da Silva - Vara Única
José Carlos Fabri - 2ª VF
José Jácomo Gimenes - 1ª VF
João Batista Brito Osório - VCR
Karen Éler - VEF
Leda de Oliveira Pinho - 2ª VF
Marcos Cesar Romeira Moraes - 2ª VF / VCR
Matheus Gaspar - 2º JEP
Monica Dorotea Bora - 1ª VF
Néfi Cordeiro - Vara Única
Raphael Cazelli de Almeida Carvalho - VCR
Sergio Luis Ruivo Marques - 2º JEP
Vitor Marques Lento - 1º JEP

Histórico Distribuição



Na mídia

Publicado em: 15/01/2002
Mídia: O Diário | Maringá

Maringá ganha juizado especial federal

Marcos Zanatta

A Justiça Federal de Maringá é uma das três do interior do Sul do país a ganhar, a partir de hoje, um juizado especial.

A lei que criou o serviço diferenciado, que de imediato vai atuar apenas com causas previdenciárias, prevê a instalação dos juizados especiais apenas nas capitais. O 4º Tribunal Regional Federal, que abrange toda a região Sul, decidiu estender o serviço a outras três localidades. Além de Maringá, Londrina e Rio Grande (RS), foram beneficiados.

O juizado especial de Maringá vai funcionar junto com a primeira vara cível, que tem o juiz Anderson Furlan Freire da Silva como titular. Na realidade, os juizados especiais foram criados nas cidades do interior graças à disposição dos juízes de atender o novo serviço. A intenção é reduzir de dois anos para o máximo seis meses as ações previdenciárias com valores até 60 salários mínimos (R$ 10,8 mil).

No juizado especial, explica o analista judiciário Cláudio César Graveno, o reclamante não precisa constituir advogado. Basta juntar os documentos e ingressar com a ação. A exigência da Justiça Federal é que para propor o processo a pessoa tenha o indefe-rimento do INSS, negando o benefício, e os demais documentos que comprovem os direitos requeridos. ?Inclusive testemunhas?, lembra Graveno.

Ele alerta que os contribuintes aque já tem ação tramitando contra a previdência não serão beneficiados com a redistribuição do processo. Os interessados que se encaixam no valor do juizado especial podem pedir a desistência da ação em andamento e propor outra. A Justiça Federal em Maringá não tem um levantamento do número de ações contra a previdência tramitando nas três varas.

Segundo Graveno, hoje a maior demanda é de processos com pedidos de reembolso dos depósitos compulsórios.

Ele acha no entanto que com os juizados especiais, vai crescer bastante o número de processos contra a previdência. Primeira porque nos municípios onde não existe fórum da Justiça Federal, as ações são propostas e julgadas pela Justiça comum. Também porque muitos contribuintes não faziam a reclamação devido o baixo valor da ação. Até o final do semestre os juizados especiais estarão atendendo todas as áreas, inclusive a criminal.

Publicado em: 28/07/2006
Mídia: O Diário | Maringá

Envolvidos serão ouvidos novamente, semana que vem

Réus, testemunhas de defesa e acusação envolvidos pela operação Bala Doce, desencadeada pela Polícia Federal em maio deste ano, vão mais uma vez à Vara Criminal Federal de Maringá. De acordo com a Justiça Federal, os 18 réus passarão por mais um interrogatório e 76 testemunhas serão inquiridas. As audiências começam a partir do dia 4 de agosto (sexta-feira) e devem se estender até o dia 21. São 17 testemunhas de acusação contra 59 de defesa. A Justiça Federal confirmou também que 15 pessoas permanecem presas. A operação prendeu jovens envolvidos com o tráfico de entorpecentes. Os acusados foram pegos com vários tipos de drogas.

Publicado em: 11/02/2010
Mídia: O Diário | Maringá

Justiça Federal implanta processo eletrônico

Milton Ravagnani

A partir de hoje a Justiça Federal de Maringá não recebe mais processos em papel. Foi instalado ontem, em solenidade na sede da Câmara Municipal, o novo sistema de processo eletrônico na Subseção Judiciária de Maringá, que engloba 38 municípios.

Nas varas onde a novidade foi implantada, a tramitação dos processos foi de três a cinco vezes mais rápida do que nos processos em papel. Nos Juizados Especiais federais já temos 1,3 milhão de processos eletrônicos, muitos com julgamento definitivo, garante o coordenador da implantação do projeto, juiz federal Sérgio Tejada Garcia. Os processos no formato tradicional, em papel, continuam tramitando até o julgamento.

O E-proc, como é chamado o novo sistema, possibilita que todas as ações na Justiça Federal sejam ajuizadas pela internet, independentemente do local onde se encontra o advogado. Basta o seu cadastro na Justiça. A medida fortalece a vigilância contra eventuais despachos feitos por pessoa não habilitada e inibe fraudes.

Há mais segurança no meio eletrônico do que no papel, sustenta o coordenador do projeto, porque, além do sistema de criptografia do Tribunal, que impede alterações nos documentos cadastrados, há o acompanhamento da evolução do processo pelas partes em tempo real. Uma vigilância que não é possível no modelo antigo.

A implantação do sistema eletrônico no Paraná teve início há seis ano e integra o projeto de implantação do meio eletrônico em todo o Tribunal da 4ª Região. Os Juizados Especiais, que julgam casos cuja monta não ultrapassa 60 salários mínimos, já funcionam integralmente no novo modelo, e enquanto a instalação acontece nas varas do interior, as Turmas Recursais também estão migrando para o novo sistema. Hoje é Londrina que recebe a novidade.

Além da economia de tempo, há o aspecto ecológico, aponta o diretor da Subseção de Maringá, juiz federal Anderson Furlan.

O processo eletrônico evitará o desperdício de papel. Em 2009, a Justiça Federal em Maringá possuía 44.743 processos ativos com 90 páginas em média cada. Só este ano ele estima que o papel poupado equivale a 394 árvores, ou 7.600 m2 de área plantada. Cuidar da preservação ambiental é uma obrigação de todos, inclusive da Justiça, justifica.

Publicado em: 31/05/2011
Mídia: O Diário | Maringá

Maringá ganha central de solução de conflitos

A Justiça Federal da 4ª Região inaugura hoje, às 11h, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscon), na sede da Justiça Federal, em Maringá. Outro Cejuscon será inaugurado também hoje, às 16h, em Londrina.

O órgão vai atuar na solução de conflitos pré-processuais e processuais, e no atendimento e orientação à cidadania. As mediações e conciliações serão feitas por voluntários que atuarão sob orientação de magistrados coordenadores e outros juízes.

O objetivo principal é viabilizar a finalização de processos de forma pacífica, economizando tempo e dinheiro. Os Cejuscons de Londrina e Maringá serão os primeiros do Estado.

Apoio cultural

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária Do Paraná